

A ESCRIVIVÊNCIA DE ESPACIALIDADES: A ESCRITA DO CORPO NEGRO EM ESPAÇOS ALTERNATIVOS DA PERIFERIA DE BELÉM-PA

THE ESCRIVIVÊNCIA OF SPATIALITIES: THE WRITING OF THE BLACK BODY IN THE ALTERNATIVE SPACES ON THE OUTSKIRTS OF BELÉM-PA

Gisele Joicy da Silva Guimarães¹

RESUMO

Este ensaio ampara-se na técnica da escrevivência, ato revolucionário e libertador da escrita que nasce da experiência de vida de mulheres negras. Pretende-se abordar as espacialidades produzidas pelo corpo negro, analisadas pela apropriação de espaços por indivíduos que representam a diversidade dos movimentos sociais, políticos e espaciais. Para exemplificar tais espaços alternativos, utilizamos a periferia da Grande Belém (Pará, Amazônia, Brasil). Aliada à técnica de escrevivência, procede-se levantamento bibliográfico (exploratório), que indica a necessidade de um enegrecimento das leituras para os estudos urbanos, com vistas a provocar a desejada ruptura epistemológica para a criação de novos pensamentos ou paradigmas científicos.

Palavras-chave: escrevivência, corpo negro, espacialidade, espaços alternativos.

ABSTRACT

The article presents the technique of writing, a revolutionary and liberating act of writing that is born from the life experience of black women. The spatialities produced by the black body are discussed, analyzed by the appropriation of spaces by individuals who represent the diversity of social, political and spatial movements. Such alternative spaces are exemplified from the outskirts of Greater Belém (Pará, Amazon, Brazil). With the writing, a bibliographical survey is carried out, which indicates the need to blacken the readings of urban studies to provoke the desired epistemological rupture and create new thoughts or scientific paradigms.

Keywords: escrevivência, black body, spatiality, alternative spaces.

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo (2009) pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFPA). Doutoranda e Mestra (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA) na área de Concentração de Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia (Linha de Pesquisa de Arquitetura, Desenho da Cidade e Desempenho Ambiental). E-mail: gisele.guimaraes@itec.ufpa.br. Endereço para acessar o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4676217550978801>. Para acessar o ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0402-763X>.

Introdução

Particularmente, enquanto mulher negra periférica, ex-católica, ex-evangélica, ex-militar, iniciante na pedagogia da circularidade, das religiões de matriz africana, “ando” (no sentido de movimento, deslocamento) em processo de autoconstrução sobre minha identidade racial e de despertar da importância do letramento negro para o negro. E viver este processo, me possibilita observar que o atual contexto é de ruptura. Existe força e energia para que se procedam importantes transformações na sociedade. Uma busca em se romper com os padrões heteronormativos. Uma ruptura com a visão binária, mas principalmente de questionamentos sobre a colonialidade do saber.

De tal modo que o presente ensaio se ampara, conceitualmente e metodologicamente, na Escrivivência de Conceição Evaristo, escritora e pensadora negra, que nos propõe o ato revolucionário e libertador da escrita de mulheres negras (DUARTE, NUNES, 2020). Uma escrita que, em certa medida, confronta a escrita acadêmica por ser uma escrita criativa. Que parte do entendimento de que os saberes atravessam as práticas pessoais, permitindo assim o desenvolvimento de reflexões ampliadas que abrigam uma voz coletiva. Uma escrita que nasce da experiência. Assim, contextualizo de maneira premente, que ao longo do texto poderão ser notadas, de maneira sutil, vozes discursivas entrelaçadas: a pessoal, a coletiva e a acadêmica.

Neste ensaio, expressa-se a insatisfação quanto à constatação de que os grupos subalternizados ainda não possuem o direito de se apropriar socialmente do espaço urbano, como um todo. E que o espaço ainda é pensado sob paradigmas urbanos europeus, o que se reflete numa espacialidade excludente, que tem como base a discriminação de cor/raça, gênero e sexualidade. De tal modo que neste texto lançam-se alguns questionamentos, como: os paradigmas urbanos atuais conseguem contemplar as espacialidades negras? Seus preceitos estão alinhados com as transformações político-culturais dos dias presentes? Sabemos projetar espaços alternativos?

As inquietações surgem da constatação de que as transformações vividas ainda são frágeis. E partem também da observação de que a ruptura e, tentativa, de uma subversão político-cultural, ao abraçar a dinâmica e pluralidade contextual de uma nova forma de espacialidade e de apropriação pelos grupos marginalizados e subalternizados

localizados na periferia da capital paraense, tende a nos revelar algumas incertezas quanto aos aspectos qualitativos dos espaços compreendidos como alternativos.

No presente texto, utiliza-se a técnica da *escrevivência* para apresentar reflexões sobre as espacialidades produzidas pelo corpo negro, no sentido ampliado da diversidade dos movimentos negros, de gênero e sexualidade. Procura-se assim relacionar as resistências das minorias sociais e vulneráveis quanto à produção de seus espaços alternativos confrontando assim os paradigmas hegemônicos, heteronormativos, andro e eurocêntricos perante o risco de recrudescimento das transformações político-culturais conquistadas no Brasil.

A metodologia da *Escrevivência* é aliada com a pesquisa bibliográfica exploratória, indicando a necessidade de que sejam enegrecidas as leituras e estudos urbanos para que, deste modo, consigamos provocar a ruptura epistêmica necessária que respeite a intelectualidade e as crenças das sociedades com as ancestralidades africanas e indígenas.

O presente artigo visa instrumentalizar os seguintes conceitos: espacialidades, corpo negro e espaço urbano ao utilizar a *escrevivência* evaristiana como método de investigação, análise e exposição das reflexões sobre os conceitos citados, como parte do esforço em se provocar uma ruptura epistêmica dos estudos urbanos que são, sobremaneira, de perspectivas hegemônicas (brancocêntrico e androcêntrico).

Levanta-se ainda outras questões: como podemos criar ambientes em que todos possam conviver, que tenham oportunidades iguais e a tolerância impere? A urgência de Teorias Críticas, a modelagem e métodos estatísticos são fundamentais para que possamos compreender padrões de comportamento e que possibilitem a leitura social e espacial para o sucesso de locais em que se garanta a liberdade de se (auto)organizar, de se reunir, de falar o que pensa, de produzir, publicar, de tornar público pensamentos divergentes, mas que acima de tudo possibilite o diálogo. São liberdades que permitem a convivência entre os diversos grupos e longe de ser uma celeuma sobre a questão racial (somente), mas que venha a suscitar empatia sobre o tema e que eleve a discussão para o campo científico e teórico.

No presente artigo, explora-se a noção de escrita do corpo negro no espaço urbano, categoria construída a partir dos estudos e leituras de pensadoras negras

realizados até o momento, como a própria Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, entre outras/os. Uma vez que o processo de escrita de experiências pessoais, numa voz coletiva de/ para mulheres negras, ao amparar-se em relatos das (nossas) aventuras e desventuras no espaço público urbano, tende a desvelar nossa dupla condição de inferioridade (a de gênero e de cor), a qual estamos submetidas, expondo assim os espectros dos processos de tipificação que nos vulnerabilizam enquanto ser humano (subalternizado).

Por outro lado, a proposição de uma ruptura epistemológica, indubitavelmente, representa uma forma de nos resgatar enquanto protagonistas, dentro do contexto da produção literária e científica, a qual ainda nos reservam o lugar de meros objetos de estudos, reafirmando e corroborando as classificações ditadas pelo dispositivo de racialidade existente em nossa sociedade (CARNEIRO, 2023).

Neste contexto, entende-se que se faz urgente o processo de enegrecimento das leituras científicas, enquanto importante estratégia para as práticas pedagógicas de letramento racial e de luta antirracista que abranja todos os níveis educacionais e campos disciplinares. Visto que é imperativo a necessidade de valorizarmos os atos revolucionários e de resistências estabelecidos pelo negro desde a década de 1530 (início da escravidão no Brasil). Uma população que resiste contra um sistema racista que lhe nega a propriedade de lugares que lhe permitam estabelecer laços afetivos com o espaço urbano, com a cidade. Alhures, negar a cidade é dificultar a auto-organização cultural, social, política e religiosa de pessoas negras com um claro objetivo de garantir o sucesso do processo de alienação e silenciamento dos grupos negros e de uma consequente perda de identidade racial-espacial a que somos expostos cotidianamente.

A Escrevivência e Espacialidades do Corpo Negro

- *Você é Bi ou Hetero?*
- *Bi.*
- *Cis ou Trans?*
- *Mulher Cis. Por quê?*
- *Achei que você fosse mulher trans. Mas você é Bi, mesmo?*
- *'Pego' todo mundo.*

Acima um trecho de uma interlocução entre jovens negros que presenciei em um momento de inauguração de uma praça pensada para a prática de esportes radicais com pistas para skate e patins, denominada de “Praça Espaço Radical de Ananindeua”, localizada na periferia da Grande Belém (estado do Pará, Amazônia, Brasil). Naquele momento, pude observar e demarcar claramente o que seriam formas de espaços alternativos para formas de relações sociais alternativas.

A questão da adesão espacial é um forte indicativo de que existe uma conexão sensível com o meio físico. O corpo é o meio pelo qual conhecemos e experienciamos/vivenciamos materialmente e sensivelmente os espaços. O espaço pode ser compreendido como uma superfície de existência, apreendido, percebido por meio da nossa existência (NASCIMENTO, 2023). Deste modo, a espacialidade do corpo seria o desdobramento do ser negro, realizado enquanto corpo negro.

Pensar a categoria “corpo negro” demonstra que a dimensão psíquica do racismo pode ser transposta para a dimensão espacial quando questionamos o “lócus” deste corpo negro, onde a estrutura social tende a se reproduzir no corpo humano de forma a lhe conferir um sentido particular que certamente varia conforme as realidades raciais impostas ou conforme o dispositivo racial empregado (CARNEIRO, 2023). Essa análise ampara-se no entendimento de que “Como qualquer outra realidade do mundo, o corpo humano é socialmente concebido” (NOGUEIRA, 1998, p. 45).

A representação social do corpo, para Isildinha Nogueira (1998), possibilita um entendimento da estrutura de uma determinada sociedade. O privilégio dado a certas características e atributos observados em dado corpo humano superam questões de caráter biológico, mas envolve outros fatores como a religião, classe, cultura e outras intervenções sociais. Cumprindo, portanto, uma função ideológica; desta concepção, se extrai a abstração ou subjetividade de que a aparência ou atributos físicos de um indivíduo estariam ligados a sua moralidade, mas na verdade liga-se à moralidade do outro.

O corpo funciona como marca dos valores sociais. É no corpo que a sociedade demarca seus sentidos e valores. Sendo que, socialmente, o corpo é um signo em que a sua utilização, dentro de um sistema de expressão, não tem limites; pois a significância

de suas representações advém da cultura construída dentro da sociedade, da realidade social (NOGUEIRA, 1998).

Para Isildinha Nogueira (1998), o fator determinante para a instituição das regras impostas ao corpo negro advém da realidade em que se está inserido, sendo que esta realidade, bem como sua estrutura significativa e suas redes de unidades significativas que compõem a cultura desta sociedade são instigadas pelo conjunto de representações que se têm do negro. Nessa rede, o negro e o branco seriam os extremos, isto é, unidades de representações distantes, afastados, opostos, mas simultaneamente, próximos, decorrente de uma falaciosa possibilidade de adesão (negrofilia e negrofobia).

[...] no dia-a-dia, o indivíduo estabelece um conjunto de tipificações, que lhe dão uma consciência de “nós” relativamente a um grupo de indivíduos que se reconhecem como pertencendo ao mesmo grupo, em coisas comuns, até indivíduos com quem se relaciona vagamente, indiretamente, abstrações anônimas, em relação aos quais ele não se vê em um “nós”, não se reconhecendo enquanto elemento desse grupo. A estrutura social supõe o conjunto de tipificações polares (NOGUEIRA, 1998, p. 43).

A relação entre negrofilia e negrofobia se estabelece quando o indivíduo branco permite “reconhecer-se” no negro, enquanto “corpo branco” que se identifica, simplesmente, com os atributos morais e intelectuais que advém da experiência cultural do “diferente” e “distante”, representando assim aquilo que é investido das chamadas “excelências do sagrado”.

Porém, para o negro, a marca do “corpo negro”, expressa de maneira execrável uma cultura tida como inferior, que deve ser recusada, então, o negro se vê condenado a carregar na própria aparência a marca da inferioridade social. O indivíduo negro é pressionado então a desejar ter outra identidade. É incitado, pela injúria que sofre, a aderir aos signos do sistema que lhe oprime.

Ratts (2012) afirma que há 20 anos atrás as temáticas relacionadas às questões étnico-raciais eram raras na Geografia brasileira, porém isso não significa afirmar que até então não houvesse. Quando se parte para a reflexão do que seriam lugares negros ou lugar de negro evidencia-se, na realidade, uma ideia aristotélica, uma forma de espacialidade ligada ao lugar natural cotejado pela variável racial, tal qual como Lélia

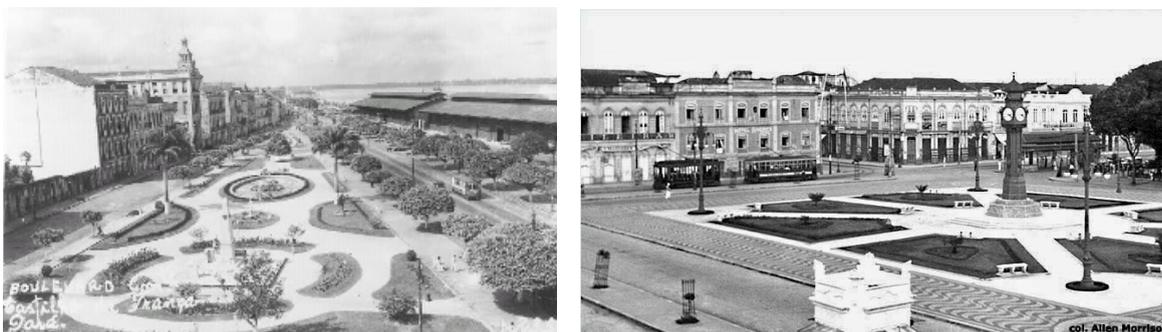
Gonzalez nos atenta, isto é, direcionando-nos a pensar os lugares naturalizados de negros e brancos que claramente, tem um determinante social, de condicionantes sociais.

Lélia Gonzalez considerava que a *materialidade* da existência da população negra remete a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Algo que coincide com a teoria do lugar natural, bem como coincidindo com os diferentes modos de dominação e das diferentes formas de produção econômica do Brasil. A pensadora, inclusive, expõe que desde a época colonial havia uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados (RATT, 2012).

O Espaço Urbano e os Espaços Alternativos

Historicamente, as propostas de intervenção dos espaços urbanos das cidades brasileiras atrelam-se ao ideal das paisagens e imagens urbanas europeias, em que se denota um ideal de embelezamento urbano impregnado de movimentação imagética, representação gráfica, além de carga conceitual ligadas a bases teóricas que promoveram projetos urbanísticos de caráter higienista (Figura 1). Estando intrínseco, portanto, um forte conteúdo ideológico supremacista nos campos do saber cultural, filosófico e político ao considerar que as soluções espaciais, da concepção urbanística do europeu ocidental, teriam a capacidade de alterar a própria sociedade ao engendrar transformações nos próprios usuários do espaço urbano (CHOAY, 2002).

Figura 1 – À esquerda, Praça Boulevard Castilho França; à direita, Praça do Relógio.



Fonte: GLOBO, 2015.

As cidades brasileiras, que continuam a ser analisadas pelos moldes das cidades europeias, não apresentam ainda pressupostos que concebam a diversidade e outras

possibilidades da dinâmica urbana, considerando-se os diferentes ordenamentos configurados por outros grupos sociais que se manifestam em território brasileiro. E, nesse sentido, a importância de uma contínua exploração e revisão de outros repertórios urbanos, que superem os paradigmas urbanistas eurocêntricos.

No Brasil, a cidade ainda é vista pela lente eurocentrada. “Continua muito branco” (CUNHA JÚNIOR, 2019), nas palavras do professor e urbanista afrocêntrico Henrique Cunha Júnior, da Universidade Federal do Ceará. Para ele, existe uma ampla gama de estudos urbanos da África e da Ásia que não são utilizados no Brasil. Sendo que a maioria dos centros internacionais tem pesquisadores trabalhando em conjunto para superar a limitação conceitual e de repertório do pensamento hegemônico. A estratégia, possivelmente, esteja na possibilidade de se enxergar o mundo por uma outra ótica que ainda não foi adotada e que é ignorada ou, simplesmente, descredibilizada, como os estudos afrocentrados. Tornando distante a possibilidade de uma ruptura epistêmica nos estudos urbanos e no urbanismo

Ratts (2012), em “*Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez*” apresenta um trabalho que parte da proposição de que os intelectuais negros(as) têm pensamento geográfico, tendo eles formação acadêmica ou não em geografia. Posto que suas problematizações (raciais) sempre partem de uma dimensão espacial ao tratar de temas como diáspora, segregação espacial, entre outros. O citado autor identifica pontos em comum dentro da produção literária das pensadoras (e ativistas) negras Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, similaridades quanto à abordagem sobre a diáspora africana. Estando subjacente a este tema a questão da transmigração como processo para a produção de lugares e territórios negros.

Pensar os espaços alternativos requer analisar a consciência democrática que deve permanecer na atualidade quanto à necessidade de inserção e apropriação espacial por indivíduos em situação de vulnerabilidade social/ material, o que nos remete à noção de lugar de negro, instrumentalizado por Lélia Gonzalez, que pode ser compreendido como sendo um espaço construído pelo processo de segregação racial, mas que são locais em que os indivíduos e grupos negros se identificam e se reconhecem (e são reconhecidos).

Atualmente desponta um novo poder colonial, sem bandeira e nem rosto, denominado de *Neoliberalismo Digital Financeirizado*² que transforma as paisagens e as formas de vida na atualidade, que ao trazer uma nova história dentro da periferia do capitalismo, incide e cria novos significados aos espaços. Sendo que a ordem capitalista, historicamente, mobilizou a ordem jurídica para definir como legítimos apenas os vínculos com o território baseados no modelo da propriedade individual registrada através dos signos abstratos e matemáticos dos cadastros; estigmatizando e criminalizando todas as demais formas (alternativas) de relação com o espaço (ROLNIK, SANTOS, FERNANDES, 2022).

A narrativa dominante deixa evidente que a existência de outras formas de apropriação do espaço é indevida ou não-existente (produto da ilegalidade), expondo assim um projeto de subjugação da natureza com a finalidade de ampliar a escala, de extensão (geográfica) e velocidade do processo de acumulação de capitais (ROLNIK, SANTOS, FERNANDES, 2022).

A força do novo poder colonial se expressa nas transformações recentes, em que existe uma hegemonia das finanças e dos tempos e formas da economia digital seja sobre o espaço como provocando mudanças nas relações do trabalho ou na economia política do trabalho (a Uberização), nas formas de produção, acumulação e circulação; depondo, desta maneira, destruições material e simbólica deste espaço.

Nesse contexto, o espaço construído assume um papel central operando na direção da concentração de capital; sobretudo, no avanço da titularização, na constituição e no fortalecimento de mecanismos ou instrumentos jurídicos que permitem e garantem uma velocidade e escala (inéditas) de extração de rendas dos espaços construídos por fundos de investimentos abstratos e desterritorializados; produzindo, assim, paisagens voltadas para a maximização das rendas diferenciais que se distanciam das necessidades reais (ROLNIK, SANTOS, FERNANDES, 2022).

² Para Rolnik (2022), existe dentro do sistema capitalista o enraizamento de um modelo ou, melhor, de uma Ordem Nova que não está apenas operando nos despejos urbanos e, simultaneamente, atuando na abertura de novas fronteiras do complexo imobiliário corporativo, não só produzindo paisagens para altas rendas, mas promovendo a histórica “desposseção” e negação da cidadania plena. Há nesse contexto uma disseminação de um modelo de colonialidade que captura a linguagem da possível transformação da paisagem. O excedente de capital acumulado nas periferias e territórios populares através dos circuitos dos mercados ilegais migra definindo um enlace entre a flexibilização do trabalho (ex.: Uberização) que permite que dentro do espaço, mesmo que precário, haja extração da renda.

As paisagens negras de espaços alternativos, denotam um caráter de improviso e até de limitações quanto à qualidade espacial. Ainda que celebrado, é necessário um olhar crítico que aponte as deficiências sistêmicas dos espaços públicos. Os espaços públicos alternativos e improvisados na Região Metropolitana de Belém (RMB), como a praça *Espaço Radical de Ananindeua* (Figura 2), exemplificam as transformações político-culturais em curso. Basicamente, expondo a necessidade premente de que sejam criados espaços destinados a reuniões e manifestações de pessoas negras que possibilitem o fortalecimento da identidade negra e que fortaleçam posicionamentos democráticos em *prol* da diversidade racial, de gênero e sexualidade. Visto que, tais discussões ainda são *tabus* em nossa sociedade.

Figura 2 - Espaço Radical de Ananindeua: a – Pista para patins; b- área de manobras para patinadores e skatistas; c – Passeio público, ciclofaixa e cercamento da praça; e d- vias sinuosas para manobras



Fonte: Ananindeua-Pa, 2022.

É inegável a contribuição (nefasta) do Estado por esta espacialidade racializada. A permanência no uso do termo “informalidade”, denuncia um teor depreciativo que está (sim) vinculado à população negra, estrato social vulnerável econômica e materialmente, revelando o caráter discriminatório nas ações do Estado, apontando para

a prática de uma política discricionária e clientelista ao possibilitar meios para que haja uma efetiva negação da cidadania plena a pessoas negras.

Analisar as questões étnico-raciais e interseccionais dentro do pensamento e prática da cidade, tende a corroborar com uma visão danosa ao modelo neoliberal quanto à ideia de urbano. Um urbano enquanto produto do pacto institucional, então impregnado da visão colonial. Onde a produção do espaço está fortemente marcada pela militarização e criminalização de determinadas comunidades e lugares da cidade, então caracterizada pela discriminação racial (ROLNIK, SANTOS, FERNANDES, 2022).

Sendo que a racialização, tida como um significante dinâmico, pode ser imputada tanto a indivíduos quanto a grupos, comunidades, entre outras organizações. A raça se entrecruza com gênero e religião, algo que está ligado a experiências e fenômenos, posto que o sistema racista se capilariza. A isso a definição de racismo ambiental, racismo religioso, racismo algorítmico, entre outros; são, portanto, variáveis classificatórias. Justamente porque a racialização se amalgama à estratégia capitalista por meio da constituição de formas interseccionais de produção e de marginalização dentro do sistema (ROLNIK, SANTOS, FERNANDES, 2022).

É importante repensarmos as relações de poder do capitalismo, repensar o poder como meios de controle da existência social. A centralidade da classe para pensar os processos de classificação que enredam diversos eixos de classificação, hierarquização/subalternização de grupos e dominação. As relações entre classe, raça e gênero. Pois as matrizes culturais se estruturam em formas de pertencimento dos grupos e questionar, causar ruptura, com o universo intersubjetivo que constitui as formas hegemônicas de leitura do mundo e de ser no mundo, nos permitiria, portanto, não apenas criticar, mas re-pensar o saber dominante (ROLNIK, SANTOS, FERNANDES, 2022).

A incorporação do pensamento dominante pelos dominados faz parte do sistema do racismo enquanto dominação. Essa compreensão se planetariza, nos reposiciona a pensar os ciclos econômicos, os ciclos neoliberais. Pensar as reformas e intervenções urbanas centrado na hiper-exploração com a remoção, termo comumente utilizados, mas que são formas violentas de desterritorialização negra, ao compelir população

majoritariamente negra para periferias precarizadas. Expondo uma racialização da exploração da força de trabalho, como parte da estratégia de acumulação do capital.

Uma (Possível) Articulação das Categorias Negras para Se Pensar o Urbano

Sob tais aspectos, trago para este texto as categorias que podem nos dar aporte para leituras espaciais interseccionalidades, a saber: escrevivência (cunhada por Conceição Evaristo), ciência de mulheres negras e lugares negros. Pois, como parte das nossas transformações político-culturais vemos o movimento de epistemologias alternativas que apostam no diálogo, na redistribuição focada na visão de mundo de pessoas comuns. A ciência de mulheres negras é uma categoria e teoria crítica que se caracteriza pela valorização dos pontos de vista das experiências e da articulação entre pensar e fazer de mulheres negras.

A subversão da escrita acadêmica ocorre quando invertemos as ordens, ao concebermos que as pessoas negras devam tornar-se protagonistas, que ao invés de colocá-los como objetos de estudos para serem estudadas e dissecadas, para tornarem-se protagonistas. Passa a haver, portanto, uma valorização do sujeito racializado, pois a escrevivência é uma escrita política de autorrepresentação enquanto sujeito e não objeto.

Para Conceição Evaristo, a escrevivência é um fenômeno diaspórico e universal que incita, primeiramente, a voltar a imagem da figura da Mãe Preta (Evaristo) a que vivia a sua condição de escravizada dentro da casa-grande. Seu trabalho escravo era a função forçada de cuidar da prole da família colonizadora. Era a mãe de leite, que preparava os alimentos a que conversava com os bebês e ensinava as primeiras palavras, tudo fazia parte de sua condição de escrava. De tal maneira que falar sobre o corpo negro precisa estar carregado da vivência para uma contribuição efetiva (SILVA, 2022).

O termo escrevivência que para Conceição Evaristo significa “escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” vem sendo trabalhada no sentido de valorizar o “eu negro” e de possibilitar o avivamento de vozes coletivas na diáspora. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita nos pertencem. Pertence, pois, nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita sem esquecer com isso a pujança da oralidade de nossa ancestralidade

(SILVA, 2022). No entanto, levanto a seguinte questão: e a apropriação simbólica e material do espaço urbano, como se processa?

A efervescência de intelectuais negras nos indica importantes conceitos teóricos para o início de uma verdadeira escrita decolonial que incluem a escrevivência e que resgatam outros de igual relevância, como: interseccionalidade, epistemologias do Sul, decolonialidade e epistemologia feminista negra. A escrevivência não é história oral, não é autobiografia, nem autoetnografia. O oral, a fala, os discursos e as narrativas são vitais para as comunidades negras. A palavra, o murmúrio, a fala, o grito rasga e costura as vidas negras. O oral não é e nem nunca pode ser objeto exteriorizado. O oral murmurado é o som dos tumbeiros, negreiros e das afrodiásporas (SILVA, 2022).

A relação entre espaço urbano e espaço alternativo tem relação com as experiências topofóbicas e topofílicas, cujo ponto em comum é o racismo enquanto sistema estruturante que determina quais lugares que o corpo negro poderá “perceber” ou “ser percebido” no jogo de conflitos entre o encontro e/ou confronto. Sendo que a vivência do Negro(a) sobre o lugar se dá de forma diferenciada, visto que há uma unidade na experiência grupal dos mesmos; e que, apesar, de possuírem espacialidade e "lugaridades", como Gonzalez propõe, percebe-se que as experiências sociorraciais também possuem semelhanças (RATTS, 2012). A questão do lugar negro diz respeito à convergência das experiências e vivências determinadas pelo racismo que atuam como fator influenciador nestas experiências.

A questão da necessidade de voltarmos nossos estudos e leituras para as sociedades africanas está na possibilidade de compreender que a ideia de cidades não precisa distanciar o urbano do rural. A cidade não precisa ser uma oposição entre o rural e urbana, pois o espaço representa a sacralidade da natureza. A importância da compreensão da percepção espacial do negro representa não só a captação das nuances do processo de racialização, mas possibilita o entendimento do dispositivo de racialidade, dos condicionantes espaciais, pois o espaço não é neutro.

Os estudos precisam ampliar alguns entendimentos, superar a pura constatação de um racismo estrutural, mas explicar tanto os condicionamentos psicológico como os espaciais, indo assim ao encontro com outras discussões que venham a fortalecer as transformações político-culturais vivenciadas sobre a interseccionalidade e diversidade.

Pois, afinal ao falarmos das políticas de cuidado, das cartografias de acolhimento para pessoas negras, é necessário sempre repensarmos sobre qual é o lugar do negro na atual crise do ciclo capitalista.

Entender as trajetórias, os deslocamentos do corpo negro produzem em mim gatilhos fortes. E, por algum motivo, entendo que tive “sorte”. Mas dizer isso seria desacreditar, minimizar toda uma luta que veio dos meus pais, dos meus avós, dos meus ancestrais. Além de denunciar que o projeto de alienação vivido por nós foi bem-sucedido. Passei boa parte da vida acreditando que minha negritude deveria ser evitada. E que se eu me aproximasse da identidade negra (o simbólico) ou que frequentasse territórios e lugares negros (o material e simbólico, simultaneamente) eu seria duplamente estigmatizada, assediada e violentada ao me relegarem à marginalidade. E que as humilhações e subjugações de quem queria me dizer qual era o meu lugar (de preta e pobre), sem me consultar, tinham com alguma maneira razão para acontecer.

O urbanismo desde muito tempo sempre adotou como única possibilidade a cosmovisão dos olhos ocidentais, próprias de um sistema branco. Os olhos (ocidentais) estigmatizam o corpo negro, o percebem como sendo uma tipificação biologizada que não faz parte de muitos lugares da cidade. O indivíduo negro, o corpo negro, o ser negro é um conteúdo que utiliza lócus “influenciado” por fatores como localização, predominância de determinados usos do espaço público, bem como, liga-se à limitação das práticas identitárias de suas manifestações étnico-raciais, lhe impondo restrições em suas liberdades religiosas, políticas e culturais, posto que a visão predominante e hegemônica ainda é determinada pelo olhar colonial (e explorador de corpos negros).

Considerações Finais

É parte da colonialidade, da concepção do pensamento predominante para a produção do nosso espaço urbano a demarcação territorial de uma subalternização social do negro. O estudo deste panorama, visando a análise da construção de cidades tão desiguais vem de uma abordagem afrocentrada. Sendo uma nova leitura de mundo que pode contribuir para um deslocamento teórico da leitura do espaço urbano, partindo das forças hegemônicas para centrar-se no olhar dos chamados “despossuídos”. É de

extrema relevância o processo de se enegrecer nossas leituras, no sentido de consumirmos diretamente da fonte temas como sustentabilidade e justiça ambiental de sociedades africanas, por exemplo.

A importância de reescrevermos os espaços urbanos é uma forma de confrontar o pensamento dominante, de questionarmos o agente dominador que promove tais “apagamentos”. A existência de uma relação conflituosa entre branquitude (dominante) e negritude (dominada), permite repensar os papéis estabelecidos, podendo ser um caminho favorável para a luta antirracista, bem como para a instrumentalização das categorias negras ao elevarmos o protagonismo negro, privilegiando assim uma visão afrocentrada.

A leitura espacial me faz indagar quais seriam as estratégias de enfrentamento e fortalecimento dos grupos subalternizados para a formação/ criação de redes de apoio cultural, político e social no espaço urbano; algo que o nosso olhar afrocentrado aguçado irá identificar e avaliar com muito mais propriedade; pois, ainda que sejamos protagonistas de uma voz coletiva negra, nem sempre seremos capazes de identificar as diversas formas de apagamento e invisibilidade a qual fomos sujeitos em anos de dominação racial.

A existência de espaços alternativos representa a possibilidade de resistência a pensamentos conservadores e intolerantes - como alguns locais religiosos tendem a se predispor. Sendo que o fortalecimento dos encontros da diversidade pode também representar uma ruptura epistemológica conservadora, de rompimento com o pensamento colonial. Visto que, o espaço quando cerceado pode ser uma forma de sufocar os movimentos políticos. A isso o interesse de apontar o confronto do universal versus o alternativo, pois as relações sociorraciais grafam o espaço.

As condicionantes psicológicas constituem “o” e “com o” espaço ao produzir padrões configuracionais e morfológicos de caráter territorial que determinam a organização, a interação e simbioses raciais-espaciais, numa referência indireta a cosmocalidades que obriga o negro a articular leituras que possam correlacionar matriz e práticas sobre o espaço, num processo constante e contínuo de territorialização e desterritorialização negras.

A apropriação do espaço pelo negro encontra empecilho na não neutralidade espacial que manifesta tendências racistas de maneira intencional. Basicamente, todo indivíduo não-branco vivenciou o desconforto dada pela estratégia branca de promover uma *amnésia* coletiva espacial, de negação de sua negritude, dos processos de alienação ligados à desterritorialização das lugaridades negras (remoções habitacionais, gentrificação, entre outras medidas). A dificuldade para rompermos com pensamentos hegemônicos, possivelmente, esteja ligada com a tendência de se querer costurar teorias de práticas conservadoras, do paradigma branco europeu, a uma realidade específica que tem em sua gênese questões tão fortemente ligadas à negação da ancestralidade africana no Brasil.

Referências

ANANINDEUA-PA. *Inauguração do Espaço Radical no Curuçambá*. Ananindeua: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – 17/09/2022; às 22h13. Disponível em: <<https://www.ananindeua.pa.gov.br/selj/galeria/503>>. Acesso em 22 de fev. 2023.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo – utopias e realidades: uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. TV ADUFRJ. *Urbanismo africano: 6000 anos construindo cidades*. Disciplina da Universidade Federal do Ceará. Youtube, 05 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tr2Zp843b-M>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GLOBO. *Belém 400 anos*. In: Fotos: veja imagens históricas dos 400 anos de Belém. 23/11/2015 20h01- Atualizado em 23/11/2015 20h01. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/belem-400-anos/fotos/2015/11/fotos-veja-imagens-historicas-dos-400-anos-de-belem.html#F1851915>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

NASCIMENTO, Bárbara Thomaz L. Errâncias Sensíveis: analisando a Empatia Espacial em contextos urbanos. In: DUARTE, Cristiane Rose; PINHEIRO, Ethel. *Metodologias para a análise sensível do lugar*. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2019.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do corpo negro*. 1998. Tese (Doutorado) – Curso de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/significacoes-do-corpo-negro-isildinha-baptista-nogueira-tese.pdf>. Acesso em 11 de jan. de 2023.

RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: Dp Et Alii, 2012. p. 216-243. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

RODRIGUES, Maria Luiza de Barros. *Do ponto à trama: Cosmopolítica Afro-Brasileira dos Territórios a partir do Município de Cariacica-ES*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2019. Disponível em: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_13623 DISSERTA%C7%C3O%20MARIA%20LUIZA%20DE%20BARROS%20-%20PPGG-UFES.pdf>. Acesso em 30 de abr. 2023.

ROLNIK, Raquel; SANTOS, Renato Emerson dos; FERNANDES, Ana. In: ENANPARQ (Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Refazer, Restaurar e Revisar, VII, 2022. *Três lentes sobre a colonialidade do pensamento urbano e as desigualdades urbanas*. Evento Online. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I3Xp9fi4Yss>>. Acesso em 26 de set. 2022.

SILVA, Sulamita Rosa. *Escrevivências no universo acadêmico: relatos, memórias e narrativas autobiográficas*. São Paulo: Minicurso Online, 8 out. 2022.

Recebido em 10/04/2023

Aceito em 20/06/2023